

HABEAS CORPUS Nº 540.132 - PE (2019/0311340-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MIRELLA CORRÊA DE OLIVEIRA WANDERLEY - PE024151
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ALISSON MENDES DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **ALISSON MENDES DO NASCIMENTO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei nº 11.343/06.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o TJPE pleiteando a modificação do regime de cumprimento da pena para o semiaberto, tendo a Corte de origem negado provimento ao apelo defensivo em decisão assim ementada:

"EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRAFICO DE DROGAS. ARTIGO 33 DA LEI Nº 11.343/2006. PLEITO DE ALTERAÇÃO DO REGIME PRISIONAL. IMPROCEDÊNCIA. QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA. CONSIDERAÇÃO PARA EXASPERAR A PENA-BASE E PARA APLICAR O REGIME MAIS GRAVOSO. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Na esteira de entendimentos esposados pelo Superior Tribunal de Justiça, a natureza e quantidade das drogas são vetores que podem sim justificar a fixação de regime de cumprimento mais gravoso do que o elegível se considerado apenas o critério do quantum da pena.
2. Apelo conhecido e improvido. Decisão unânime." (e-STJ, fl. 12).

Neste *writ*, a impetrante alega, em síntese, ilegalidade da sentença no ponto em que fixou o regime inicial fechado para o cumprimento da pena, sem fundamentação concreta, em afronta ao disposto no art. 33 do Código Penal.

Aduz que a primariedade do paciente foi reconhecida na sentença e que a imposição do regime mais gravoso fundamentou-se na gravidade em abstrato do delito de tráfico de drogas.

Requer a concessão da ordem para que seja estabelecido o regime semiaberto.

A liminar foi indeferida.

Superior Tribunal de Justiça

O MPF manifestou-se pela prejudicialidade do *writ*.

É o relatório.

Decido.

A impetração perdeu seu objeto, em razão da alteração fática dos autos.

Segundo informações da Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal de Olinda/PE, "com base na Carta de Guia Provisória expedida por este Juízo, o Juízo das Execuções Penais, em data de 27.08.2018, concedeu ao sentenciado a progressão de regime, para o regime Aberto, em Regime de Patronato, contudo, em data de 07.06.19, face o descumprimento das condições impostas pelo referido Juízo, considerando ter cometido faltas de natureza grave, determinou a Regressão de Regime" (fls. 35).

Como se verifica, o paciente já estava cumprindo pena em regime aberto. Todavia, regrediu ao modo mais grave pelo descumprimento das condições impostas no curso da execução penal.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator